

# Política contra o grão. O movimento Dalit de Uttar Pradesh em meio à ONG-ização<sup>1</sup>

*Nicolas Jaoul*<sup>2</sup>

## **Resumo**

Desde o final da década de 1990 a sociedade civil transnacional começou a abordar a questão da discriminação de castas na Índia. O que acontece com a “abordagem baseada nos direitos humanos oficiais” e seu corolário, “empoderamento”, promovida pelas instituições internacionais, uma vez que adentram no domínio da política subalterna de emancipação? Este artigo é sobre o efeito da ONG-ização na trajetória política dos Dalits (“intocáveis”). Depois de recordar os principais passos desse tardio reconhecimento internacional da opressão da casta, eu me concentro em um estudo de caso da província de Uttar Pradesh, destacando as maneiras criativas através das quais financiamentos estão sendo utilizados e com quais efeitos. Defendo que em um contexto altamente politizado como o de Uttar Pradesh, os atores locais deste processo de ONG-ização defendem ativamente suas concepções e práticas políticas envolvendo-se em reflexões críticas de sua práxis política. Ao concentrar a atenção sobre as mudanças que afetam os trabalhadores agrícolas dos Dalit, no contexto da liberalização (como feminização da força de trabalho em função da migração laboral dos homens), as organizações desenvolvem estratégias para perseguirem - sob o rótulo do empoderamento das mulheres - um movimento reverso de politização que foi iniciado anteriormente pelas mobilizações políticas do partido político Dalit, o BSP. Sua dependência de agências de financiamento exige, contudo, ajustes táticos de seu trabalho político, de modo a se adequarem às normas tecnocratas, cujas exigências e custos podem ser exaustivos.

**Palavras-chave:** Sociedade Civil; Mundialização; ONGs; Movimento Dalit.

<sup>1</sup> Traduzido por Núbia Carla de Azevedo Mesquita.

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia, pesquisador do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) e membro do IRIS (institut de recherches interdisciplinaires sur les enjeux sociaux) da Ecole des hautes études en sciences sociales (EHESS). Email: jaoul.nicolas@gmail.com

# Politics against the grain. The Dalit movement of Uttar Pradesh in the throes of NGOization

## Abstract

Since the late 1990s transnational civil society has started addressing the issue of caste discrimination in India. What happens to the official “human-rights-based approach” and its corollary, “empowerment”, as promoted by international institutions, once into the domain of subaltern politics of emancipation? This article is about the effect of NGO-ization on the political trajectory of the Dalit (“untouchable”). After recalling the main steps of this belated international recognition of caste oppression, I focus on a case study from the province of Uttar Pradesh, highlighting the creative manners in which these fundings are being used and to which effects. I argue that in a highly politicised context as Uttar Pradesh, the local actors of this NGOization process actively defend their political conceptions and practices by engaging in critical reflexivity of their political praxis. By focussing on the changes affecting the Dalit agricultural labourers in the context of liberalization (such as feminization of the work force in the context of male labour migrations), the organizations evolve strategies to pursue –under the label of women’s empowerment- a movement of bottom-up politicisation that was started previously by the political mobilizations of the Dalit political party, the BSP. Their dependency on funding agencies however requires tactical adjustments of their political work so as to fit technocratic norms, whose exigencies and costs can be exhausting.

**Keywords:** Civil Society; Transnationalization; NGO; Dalit Movement

A nova abordagem do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é visualizar populações específicas como concidadãos, assegurando-lhes seus direitos ao invés de receptores passivos de ajuda. Essa abordagem<sup>3</sup>, baseada nos direitos humanos, propõe substituir noções de caridade por estratégias de empoderamento que introduzam um pacote democrático. Sob essa nova ideologia, a participação do pobre é considerada necessária para que a utopia tecnocrática da “boa governança” traduza-se em realidade. Redefinida com a ajuda de um vocabulário neoliberal, as margens da ordem mundial capitalista são, então, designadas como “partes interessadas”, “*stakeholders*”, semelhantes aos primos pobres dos “acionistas”, cujo papel específico é criar estabilidade política a partir da periferia.

Há mais de 20 anos, James Ferguson criticou em “A Máquina Anti-Política” o modo como o “desenvolvimento” tinha o efeito de “expandir o exercício de um tipo particular de poder do Estado enquanto, simultaneamente, exercia um efeito de despolitização poderoso” (Ferguson, 1990, p. 21), ao invés do objetivo proclamado da promoção do desenvolvimento econômico do sul. Ele defendeu uma visão alternativa cunhada por “empoderamento” - afirmando que um melhor compartilhamento do poder pode ser tudo o que é preciso para permitir que as populações afetadas eficazmente combatam à pobreza. Ironicamente<sup>4</sup>, 20 anos

<sup>3</sup> O Documento oficial da UNICEF que esclarece essa abordagem, adotada em 2003 depois da Declaração de Princípios de Kofi, diz que a questão do fortalecimento da habilidade dos detentores de direitos protestarem com a ajuda de estratégias de empoderamento de bases, participação e *accountability*, juntamente com outras estratégias *bottom-up*. “Human Rights based approach. Statement of common understanding.” Acesso: <http://www.unicef.org/sowc04/files/AnnexB.pdf>.

<sup>4</sup> Sem excluir a participação democrática nas políticas institucionais, o autor busca priorizar as lutas e resistências das pessoas em direção à política tecnocrática governamental. “Parece ser claro que as mais importantes transformações, as mudanças que realmente importam, não são simplesmente “introduzidas” pelos tecnocratas benevolentes, mas conquistados por meio de lutas e viabilizadas por um processo complexo que envolve não apenas o estado e seus agentes, mas todos aqueles que têm algo em risco, todas as categorias diversas de pessoas que desenvolvem suas táticas de tolerância, adaptação e resistência à ordem social estabelecida”. (Ferguson, 1990, p.281)

depois, a palavra “empoderamento” tornou-se parte do vocabulário de “boa governança”, usada por instituições internacionais. Embora reconhecendo a crítica de que o desenvolvimento não pode ser dissociado da política local e da capacidade de influenciar a distribuição dos recursos, esta nova versão neoliberal de “empoderamento” subordina as políticas subalternas a propósitos outros além da emancipação, tais como “boa governança”, desenvolvimento, etc., assim cumprindo paradoxalmente a função “antipolítica” denunciada por Ferguson.

Hardt e Negri têm denunciado a participação das ONGs em uma ofensiva neoliberal disfarçada de intervenção pacifista e moral (Hardt e Negri, 2000). Ray e Katzenstein salientam a esse respeito que na Índia a “liberalização econômica tem sido acompanhada pela enorme ONG-ização da sociedade civil, sem dúvida, deslocando algumas das formas mais orientadas de protesto de organização dentro do setor do movimento social.” (Ray e Katzenstein, 2005, p. 9).

A dependência de organizações orientadas para o protesto de patrocinadores transnacionais, que impõem convenções tecnológicas sobre eles, dá origem a um paradoxo. Sangeeta Kamat observa que na Índia “a ONG-ização das lutas de base” tem o efeito de “transformar a cultura da política como a conhecemos, suscitando um ‘ajustamento estrutural’ do espaço político que não é diferente do ajustamento estrutural da economia” (Kamat, 2002, p. 154). No entanto, ela enfatiza que a vigilância política está emergindo rapidamente na sociedade civil indiana em direção a esse processo, bem como a emergência dos movimentos populares por ex-políticos ativistas de esquerda (socialistas, comunistas, teólogos da libertação). A criação de projetos de desenvolvimento para obter financiamentos disponíveis, tanto do Estado quanto de fundos de desenvolvimento no exterior, entretanto, leva esses grupos a continuarem se definindo como políticos. Desde o seu início, essa dinâmica foi objeto de debates e críticas, um alerta a uma forma de neoimperialismo ocidental

e dos riscos de neutralizar a radicalidade potencial dos menos favorecidos. Em círculos acadêmicos, essa crítica radical agora tem sido temperada graças à atenção dada aos ativistas de base e suas “agências”. Enquanto incitando a vigilância no que se refere “a forma como instituições capitalistas implantam vários mecanismos para controlar e regular iniciativas populares radicais” (Kamat, 2002, p. 153), Kamat observa que “esta tentativa de estruturar a cultura política nas bases para melhor ajuste com os imperativos neoliberais não é, de forma alguma, um projeto histórico acabado” (Kamat, 2002, p. 167).

Steven Robins assinala que, no que diz respeito à ONG-ização do movimento social na África do Sul, a associação dos trabalhadores humanitários com a intenção às vezes não propositada de uma agenda neoliberal seria uma má interpretação das realidades e lutas locais (Robins, 2008). No entanto, como Johanna Siméant nos lembra: “Seria suficiente não se inscrever em uma ideologia ou programa econômico para evitar a disseminação de alguns dos seus aspectos quando a praticamos?” (Dauvin & Siméant, 2002, p. 86). Enquanto pedimos para não esquecer “os efeitos da territorialização, que podem conferir autonomia em relação aos patrocinadores” (Ibid.), ela enfatiza “a criação de bolsões (...) de burocracia racional-legal em contextos instáveis”, os quais ela descreve, em termos mais foucaultianos como “estruturas administrativas e de gestão.” (Ibid.)

Ao examinar os efeitos da ONG-ização sobre o movimento Dalit, este artigo discute a justaposição das políticas tradicionais de emancipação com a disciplina tecnocrática das instituições internacionais e as ONGs que atuam como seus intermediários. No contexto da Índia, a denúncia das desigualdades das castas e da discriminação infligida aos “intocáveis”, ou Dalits (um sexto da população indiana), tem sido, até recentemente, o de preservar os ativistas, cuja ideologia combina um forte senso de identidade Dalit com a universalidade (a emancipação dos Dalits pelos Dalits para uma sociedade democrática).

O processo de ONG-ização que vem afetando esse fragmentado movimento nos últimos quinze anos agora implica em certas negociações e ajustes dentro de uma tradição política firmemente enraizada no meio social Dalit e cujas credenciais Ambedkarite fortemente insistem em ser um movimento dos Dalits, pelos Dalits e financiado pela própria comunidade Dalit, como condição necessária para a emancipação.

Apesar de não pretender ser representante do movimento Dalit, o exemplo discutido neste artigo nos permite refletir sobre as seguintes questões. Será que essa ONG-ização do movimento social, em meio à globalização na Índia, ameaça a tessitura política deste país? O que acontece quando as agências de financiamento pedem aos ativistas locais que se conformem com uma disciplina tecnocrática e administrativa? E, que tipo de práticas emergem quando os tecnocratas recrutam ativistas cuja orientação política é radicalmente diferente da deles?

Em primeiro lugar, abordarei o processo de transnacionalização<sup>5</sup> da causa Dalit e a criação pelos Dalits de uma autoridade nacional para tentar controlar o processo. Em segundo lugar, através das novas ONGs Dalit em Uttar Pradesh, um novo baluarte do ativismo Dalit, desde a mobilização e a ascensão ao poder do BSP na década de 1990, proponho observar os efeitos da ONG-ização em um contexto politizado.

## A ofensiva internacional dos Dalits

O primeiro reconhecimento oficial da discriminação a casta por instituições internacionais ocorreu em 1996, quando o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Radical (CEDR) decidiu incluí-la como discriminação com base na linha-

<sup>5</sup> Em contraste com “internacionalização”, “transnacionalização”, refere-se aos agentes não estatais. (Siméant, 2009)

gem. Resultado de várias iniciativas das comunidades Dalit que haviam emigrado para os EUA e para o Reino Unido e que, desde 1980, tinham enviado representantes ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para denunciar uma sucessão de massacres (Jaoul 2006). As conquistas eleitorais do BSP em Uttar Pradesh, que começou a formar governos em meados da década de 1990, também atraiu a atenção da mídia indiana, bem como internacional e de acadêmicos sobre o movimento Dalit que, até então, permanecia bastante despercebido.

Refletindo a insensibilidade anterior do mundo às injustiças de castas, as principais organizações de direitos humanos (*Human Rights Watch* e Anistia Internacional) até então haviam permanecido fechadas a esta causa. As mobilizações Dalit foram desacreditadas pelo governo indiano, que foi utilizando seu arsenal jurídico e institucional na luta contra a discriminação por castas (apesar de graves problemas na implementação).

Desde 1997, a *Human Rights Watch* começou a produzir um relatório com o apoio da Fundação Ford, cujas condições eram que o relatório deveria envolver as organizações Dalit e levar em consideração a forma como elas percebiam os problemas. Uma intenção aparentemente louvável, embora ambígua, uma vez que envolve a submissão do movimento Dalit ao projeto de convenções tecnocráticas das instituições internacionais. Sob o pretexto de melhorar tecnicamente o movimento, a Fundação Ford oferece uma coordenação nacional mais eficiente entre as organizações Dalit (Clifford, 2007), usando isto como uma oportunidade de exercer influência e fazendo o movimento *accountable* perante os seus curadores estrangeiros.

Em 1998, de acordo com os desejos da Fundação Ford, a *Human Rights Watch* convocou uma reunião de organizações Dalit, com vista à elaboração do relatório. Essa iniciativa levou à criação da Campanha Nacional de Direitos Humanos dos Dalits (CNDHD), comissionado por 300 organizações em toda a Índia. O CNDHD

foi inaugurado oficialmente em 10 de dezembro de 1998, no quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma petição denunciando a violência contra os Dalits foi entregue ao presidente indiano, KR Narayan (ele próprio um Dalit), no Rashtrapati Bhawan, o palácio presidencial em Nova Deli. Uma campanha pública foi lançada no mesmo dia e terminou simbolicamente em 14 de abril do ano seguinte, aniversário de Ambedkar (Hardtmann, 2003). Assim, desde a sua concepção, o CNDHD reconciliou um símbolo internacional de direitos humanos com a simbologia política do movimento Dalit<sup>6</sup>.

O relatório (291 páginas) da *Human Rights Watch* foi publicado em março de 1999. Ele denuncia a violência de casta e a passividade do governo indiano, apesar de ter o arsenal jurídico necessário. Seu título, *Broken People* (“Pessoas Quebradas”) (*Human Rights Watch*, 1999), além de ser uma possível tradução do termo “Dalit” (que significa “esmagado”) é também uma referência à expressão inventada por Ambedkar (“homens quebrados”), mas ele altera o significado de um ato de autoexpressão para uma reformulação exógena destinada ao paladar ocidental.

A CNDHD é dirigida por dois ativistas Dalits de comunidades cristãs, o que os coloca fora de sintonia com as comunidades Ambedkarite, as quais a conversão ao budismo é um sinal de lealdade para com Ambedkar. O “Presidente Nacional da Convenção”, Martin Macwan, é um ativista Gujarat que faz campanhas contra a violência de castas. Paul Diwakar, que ocupa o cargo estratégico de “Secretário Internacional de Defesa”, vem de Andhra Pradesh. Ele é um ex-marxista-leninista que mais tarde ocupou cargos de responsabilidade em ONGs cristãs e veio tardiamente

<sup>6</sup> Significativamente, a CNDHD redirecionou sua atenção na política nacional por causa de uma tentativa do partido líder do Congresso para vencer o eleitorado. A CNDHD agora se define como um grupo de pressão que age para garantir que as medidas e leis constitucionais, que favorecem os Dalits, sejam aplicadas, implementando novas políticas e orçamentos de salvaguarda na batalha contra a exclusão.



para o Ambedkarismo. Seu envolvimento tanto na comunidade Dalit quanto no terceiro setor faz dele um porta-voz não apenas legítimo socialmente, mas também confiável para as organizações ocidentais de direitos humanos. O reconhecimento internacional foi facilmente alcançado na Conferência Mundial contra o Racismo (CMCR) em 2001, em Durban, ou, pelo menos, à margem da conferência. Acontece que a causa Dalit não estava na agenda da conferência por causa da pressão do governo indiano que assumiu o pretexto da diferença entre as noções de casta e raça. Por isso, foi fazendo campanha, entre os 15.000 a 20.000 representantes da sociedade civil que participaram em Durban, que a CNDHD levou sua campanha, alimentada pelo escândalo da censura. Não só foi uma das seis sessões periféricas da conferência dedicadas à causa Dalit, mas 180 delegados Dalit da CNDHD distribuíram um “papel preto” sobre a discriminação de castas. Pela primeira vez, Durban proporcionou um fórum para a questão da discriminação de castas e lhe emprestou uma legitimidade transnacional<sup>7</sup>.

Após esse sucesso inicial do Fórum Social Mundial em Mumbai, em 2004, houve a apoteose do CNDHD, com Dalits marchando de diferentes regiões de Mumbai, em consonância com a tradição de procissões políticas indianas. De acordo com visitantes estrangeiros, essa marcha foi o ponto alto do fórum. Apesar de estar apenas vagamente ligada às organizações regionais Dalit, o CNDHD deu a quaisquer representantes da sociedade civil transnacional presentes a impressão de ser extremamente legítimo e politicamente autêntico.

<sup>7</sup> Procedentes de um reconhecimento da sociedade civil transnacional, reconhecimento de instituições internacionais em agosto de 2001, quando a CERD (Comitê das Nações Unidas pela eliminação da discriminação racial) adotou uma recomendação relativa à discriminação baseada em “castas ou sistemas análogos de condição hereditária” aplicado ao Sul da Ásia, África (Somália, Etiópia e Nigéria) e Japão. Dois representantes em tempo integral foram indicados para lidar com esses assuntos em Genebra.

## A Reconfiguração do Movimento Dalit?

A associação de ativistas Dalit em um projeto global de “boa governança” significa desconsiderar oposições ideológicas existentes no movimento Dalit heterogêneo, a fim de se concentrar em técnicas de campanha e questões de organização. Para melhorar a eficiência, a CNDHD organiza cursos de formação acessíveis a todos os ativistas Dalits na Índia. Ao contrário dos cursos organizados pelas sedes das ONGs ocidentais em Nova Deli, que simplesmente reiteram unilateralmente as convenções da sociedade civil transnacional<sup>8</sup>, os cursos organizados pela CNDHD prestam mais atenção às práticas existentes dos ativistas Dalits antes de tentar padronizar e racionalizá-las.

Eu assisti a um dos cursos de “recapitação” do CNDHD, um termo que ilustra o quão condescendente à cultura tecnocrática é no sentido do ativismo político. Ele decorreu ao longo de vários dias em Nova Deli, em março de 2011, no Instituto Social Indiano, uma instituição jesuíta que é um espaço fundamental na sociedade civil indiana. O seminário organizado pela CNDHD focou na Lei SC-ST (Prevenção de Atrocidades - Lei contra a violência de castas) e em formas eficazes de fazer com que as autoridades locais a apliquem. Primeiro ouvimos os participantes de diferentes províncias, que compartilharam seus conhecimentos de práticas ativistas existentes, procedendo a um debate. O conhecimento prático recolhido deveria, então, ser transposto por um profissional de comunicação para folhetos e diretrizes a serem distribuídos às organizações Dalit. A tarefa de distribuir esses folhetos foi confiada a delegações provinciais da CNDHD, que iriam tentar coordenar as várias organizações locais, reunir estatísticas existentes sobre as violências anti-Dalit, além de criar uma rede de ativistas, advogados, jornalistas e funcionários públicos sensíveis à causa.

---

<sup>8</sup> Esses cursos de treinamentos, que se generalizaram na década 1990, eram apoiados pela primeira ONG fundada pelos Dalits no Norte da Índia.

Apesar dessa estratégia de gestão dos movimentos locais Dalit, a falta de fundos do CNDHD o impede de alcançar seus fins. O movimento Dalit “tradicional” se baseia em uma economia informal de doações, muitas vezes em troca de serviços de mediação com as administrações locais (obtenção de benefícios sociais, execução de algumas atividades e obtenção de favores de oficiais relutantes, etc.). Apesar da natureza informal dessa economia, ela está se provando mais sustentável do que a aplicação reiterada por financiamentos. Em Lucknow, capital de Uttar Pradesh, Ram Dular, o representante CNDHD, queixou-se de sua incapacidade em ajudar financeiramente os ativistas locais que fazem campanha em seu nome. Além desse obstáculo econômico para o pleno êxito de seu esforço, a natureza burocrática da CNDHD dificilmente poderia competir com a carismática e animada cultura política local. Além disso, em virtude das restrições legais da Lei de Registro de Moeda Estrangeira, o financiamento internacional impede que CNDHD participe de movimentos de protesto ou critique publicamente as autoridades. Privados da extravagância do protesto, em nível local, a CNDHD foi reduzida a uma rede de vigilância burocrática que está tentando com meios insuficientes federar, racionalizar e profissionalizar o movimento “tradicional” Dalit.

Mas, em muitos aspectos, o movimento Dalit representa precisamente o oposto dessa profissionalização, uma vez que ele é baseado em uma cultura de voluntariado enraizada em sociabilidades, identidades de casta, redes Dalit, teatralidade e emoções.

### ONG-ização a partir da base: Grupo de Ação Dinâmico em Uttar Pradesh.

Quais são os efeitos da ONG-ização sobre o movimento Dalit local? A fim de avaliar a sua importância, o processo deve ser encarado no contexto das evoluções recentes do movimento Dalit e sua trajetória política. O caso de Uttar Pradesh, onde as campa-

nhas do BSP e a política têm aumentado a participação no movimento Ambedkarite, desde meados da década de 1980, oferece uma perspectiva interessante sobre ONG-ização num contexto anteriormente politizado.

Alguns ativistas Dalit que, até recentemente, eram dependentes de doações, envolvendo-se com esforços de angariação de fundos laboriosos nas comunidades locais com recursos limitados, estão agora tentando obter financiamentos externos através da criação de ONGs. O Grupo de Ação Dinâmico baseado em Lucknow, a capital da província, é uma rede de ONGs Dalits. Essa iniciativa mostra que, apesar de ter de adaptar o seu movimento aos critérios definidos pelos patrocinadores, ativistas locais ainda conseguem alocar o financiamento para uma utilização criativa. O chefe dessa rede, Ram Kumar, é um Dalit e um ex-membro da CPI-ML (partido comunista indiano marxista-leninista) ou partido Naxalite, que era clandestino e armado naquele tempo<sup>9</sup>. Ele deixou o partido em meados da década de 1980, porque não atribuiu importância suficiente à questão de casta. Como muitos antigos “camaradas” do partido Naxalite, ele foi para o terceiro setor profissional (ONGs) enquanto continuava sua luta para envolver a população rural pobre na política. Ele organizou um movimento de massa de moradores da floresta em um bairro no oeste de Uttar Pradesh e, em seguida, em 1991, ajudou a criar uma federação de organizações de base (*Uttar Pradesh Voluntary Action Network*), unidos com o objetivo de oposição ao nacionalismo hindu em comunidades da classe trabalhadora. Ele se distanciou da rede depois de um conflito que revelou preconceitos anti-Dalit dentro das organizações. Em 1998, ele fundou o Grupo de Ação Dinâmico, uma rede de 30 organizações Dalit em Uttar Pradesh, juntamente com Sujit Ghosh, um rico da casta superior Bengali, de Nova Deli, também ex-membro da CPI-ML, mas agora um ativista de base. Financiado pela

<sup>9</sup> O partido revolucionário Naxalite, fundado em 1969, procedente à revolta dos Peregrinos em Naxalbari, se legalizou em 1992.

*Christian Aid* (75%) e pelos Fundos de Direitos Humanos Globais (25%) (constituindo um orçamento total de 3,3 milhões de rúpias por ano ao tempo em que a pesquisa foi realizada), esta rede tem como objetivo utilizar os fundos internacionais para reorganizar e radicalizar o movimento Dalit. Para isso, tem federadas 75 organizações nos 35 distritos que coordena e financia, concentrando-se principalmente sobre a questão da violência de casta e de gênero sofrida pelos Dalits e nas demandas materiais do proletariado agrícola (aplicação efetiva das medidas de redistribuição agrária, salários mínimos, etc.). A organização objetiva primariamente: “reforçar o conceito e a filosofia de emancipação Dalit” (visto como um cruzamento entre o marxismo e Ambedkarism), e assegurar treinamento e educação para criar novas lideranças.<sup>10</sup> Além disso, a DAG organiza audiências públicas regulares (*jansunvai*) as quais os moradores Dalit podem expor as suas queixas, dando, assim, às mulheres e aos pobres e analfabetos uma voz, além de realçar questões raramente discutidas em público (mesmo em movimentos Dalits “tradicionais”, que são dominadas por homens educados e funcionários públicos de classe média).

Com seus poucos recursos, Ram Kumar tenta contornar as restrições legais impostas ao financiamento internacional, delegando qualquer ação de protesto a uma série de pequenas organizações locais. Ele descreveu as dificuldades de trabalhar nas margens da comunidade das ONGs, devido à natureza temporária, renovável, insuficiente e exigente desses contratos com as agências de financiamento ocidentais em Nova Deli. Ram Kumar, assim, confessou que não estava descartando a possibilidade de migrar para uma carreira tradicional na política eleitoral como um candidato nas eleições locais. Vários partidos tinham apresentado ofertas à ele. Ele disse que sempre se interessou pela política, explicando que seu pai, um ativista armado da CPI-ML, foi morto

<sup>10</sup> HYPERLINK “<http://dag-up.blogspot.com/2005/11/dynamic-action-grou>” \h p-profile.html.

pela polícia e que desde cedo ele havia sido moldado pela educação política do seu pai e pela memória de seu martírio.

Não sendo um falante da língua Inglesa, ele também descreveu as dificuldades de comunicação com agências de financiamento, explicando que muito do orçamento atribuído foi para pagar profissionais que pudessem elaborar relatórios em Inglês. Além disso, a concorrência entre diferentes organizações para as subvenções trouxe faccionalismo, forçando um dos seus antigos companheiros, Kapil Dev, também um Dalit, a romper e criar uma rede rival, a Grupo de Ação Dalit.

Apesar desses inconvenientes, o financiamento externo permite que esta rede de ONGs escape de algumas das limitações impostas ao movimento Dalit tradicional, cuja dependência da economia informal de mediações com as administrações locais o impediu de denunciar a corrupção. Além disso, ser financeiramente dependente de funcionários públicos Dalit de classe média teve o efeito de distanciamento dessas organizações dos pobres rurais e do seu envolvimento em lutas de classes agrárias.

**Imagem 1** – Capa de um Relatório do Grupo de Ação Dinâmica. («Além do silêncio... uma audiência pública sobre violência contra mulheres Dalit»)



(Direitos Autorais- Dynamic Action Group)

**Imagem 2** – Phulpatti Devi em uma reunião local organizada por Savitri Bai Phule Dalit Mahila Sangharsh Morcha (A Frente de Liberação Feminina Savitri Bai Phule Dalit).



(Direitos Autorais, Usha Devi's álbum fotográfico)

Coleta de dinheiro entre os pobres rurais tem representado uma tarefa pouco produtiva para os ativistas do movimento Dalit tradicional, baseado em coletas árduas e demoradas de pequenas notas entre os que nada têm. Como consequência do aumento do poder de compra da classe média urbana, os ativistas têm cada vez mais aprendido a adentrar ao meio Dalit de classe média baixa, cujas doações individuais são muito mais substanciais. Essa economia é baseada principalmente na retribuição de mediações com as administrações. Intervenções discretas dos altos funcionários públicos Dalits simpáticos estão sendo constantemente procuradas a fim de convencer recalcitrantes burocratas de castas superiores a responder às demandas dos seus clientes Dalits, que de outra forma tendem a ser bloqueadas ou retardadas pelas administrações locais. Organizações tradicionais Dalit vêm, portanto, cada vez mais se prendendo às práticas administrativas internas de bajulação, que reduzem as possibilidades para combater radicalmente as más práticas administrativas que lutam contra os pobres que não têm as capacidades financeiras para subornar. Enquanto protestavam nas ruas contra as violências de casta, preconceitos administrativos e apoiando a afirmação Dalit, o patrocínio dos funcionários Dalit, que são con-

trolados por regras de conduta profissional, resulta em controle estatal indireto sobre o próprio movimento. Evitar a alienação desses poderosos donos, cujos apoios e intervenções em nome dos seus clientes sustentam a sua economia, explica a tendência de internalizar essas limitações em sua militância<sup>11</sup>.

Superando essas contradições, as pequenas organizações filiadas ao Grupo de Ação Dinâmico são estabelecidas diretamente em comunidades rurais pobres onde incentivam ações radicais contra as administrações locais. Como eu vi por mim mesmo, no distrito de Jaunpur, no leste de Uttar Pradesh, os protestos foram dirigidos principalmente contra a corrupção oficial. Além disso, seus protestos foram proativos e sistemáticos, ao contrário das negociações e manobras fechadas, que sistematicamente são favorecidas pelo movimento Ambedkarite tradicional antes de se envolver em protestos populares.

No distrito de Khutahan, onde as duas organizações DAG fixaram residência em uma casa alugada, fui recebido por um punhado de ativistas que trabalhavam e se hospedaram lá em tempo parcial, enquanto suas famílias viviam nas aldeias vizinhas. Dois deles foram empregados pela DAG, que os pagou 3.000 rúpias por mês (o salário normal de um operário) e lhes deu apoio logístico (aluguel, computadores portáteis, veículos de duas rodas, os custos de funcionamento). Eles também tinham dois assistentes e um cozinheiro. Uma das duas organizações era dirigida por Motilal Behtu, um ex-ativista, com aproximadamente 40 anos, que começou sua militância numa organização Ambedkarite tradicional. Seu trabalho especializava-se no sindicalismo do trabalho agrícola. A outra organização era dirigida por uma mulher de 30 anos, Usha Devi, que se especializou em empoderamento das mulheres. Casou-se muito jovem e mãe de duas filhas, essa líder local do movimento de libertação das mulheres Dalit se di-

<sup>11</sup> Sobre os aspectos práticos do movimento tradicional Dalit em Uttar Pradesh, veja Jaoul (2007).



vorciou do marido depois de descobrir que ele tinha casado em segredo com outra mulher em Mumbai, onde trabalhou como um construtor. Ela tinha educação secundária e começou como uma ativista de uma ONG local, antes de ser descoberta por Sujit Ghosh, cofundador do Grupo de Ação Dinâmico, que viu nela uma líder feminina Dalit promissora. Agora separado de Ram Kumar, após um desentendimento, Sujit Ghosh continua a promover a Usha, incentivando-a a viajar e participar de eventos nacionais da sociedade civil e, esporadicamente, dando apoio financeiro para a sua organização, complementando, assim, o apoio de Ram Kumar. Sua organização, Savitri Bai Phule Dalit Mahila Sangharsh Morcha (Frente de Libertação Feminina Savitri Bai Phule Dalit), o nome de um personagem histórico do sexo feminino a partir do movimento antibrâmane do século 19. A organização é composta de uma série de grupos de autoajuda para mulheres Dalit nas aldeias. Notei um predomínio de mulheres habitando essas aldeias, o que foi explicado pelo fato de ser época de baixa temporada para a agricultura e muitos dos homens haverem migrado para áreas onde havia emprego. As mulheres das organizações pareciam fortemente mobilizadas para obter os benefícios de planos sociais e de desenvolvimento governamentais.

Embora eu pudesse notar uma maior participação das mulheres e dos pobres rurais em comparação com as organizações tradicionais do movimento Dalit, que são dominadas por homens jovens educados e funcionários do governo, algumas semelhanças também podem ser observadas. Essas organizações foram dominadas pela Chamars, a maior comunidade Dalit em Uttar Pradesh (onde cerca de 60% da população Dalit é Chamars), que tradicionalmente tem dominado o movimento Ambedkarite. Usha e Behtu eram eles mesmos Chamars. Eu também pude notar as suas preocupações com a independência de financiamento do Grupo de Ação Dinâmico, cultivando fontes alternativas. Com efeito, para evitar serem totalmente dependentes da DAG, cujos subsídios haviam diminuído nos últimos tempos, Usha e Behtu iniciaram uma organização registrada, *Sankalp Samajik*

*Vikas Samiti* (“Comitê de Determinação do Desenvolvimento Social”), permitindo-lhes obter fundos governamentais destinados a implementar a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural<sup>12</sup>. No entanto, uma vez que a condição social dessa organização era legalmente incompatível com qualquer protesto contra as autoridades públicas, sua função era obter financiamento do governo, enquanto as campanhas contra as administrações locais e as políticas governamentais eram conduzidas por duas organizações não registradas. Sangeeta Kamat argumenta que tal divisão de trabalho entre as atividades de desenvolvimento subcontratadas pelo estado e pelo trabalho político equivale a um ato de resistência política contra a ideologia anti-política do desenvolvimento que neutraliza o potencial das pessoas para radicalidade política (Kamat, 2002)<sup>13</sup>.

Outra característica que é consistente com o movimento Dalit tradicional é o fato de manter, em um nível de alguma forma simbólica, uma forma de financiamento tradicional que consiste em doações de dinheiro ou de produtos agrícolas. Na casa alugada onde eu fiquei com os ativistas durante o trabalho de campo, havia na entrada um recipiente de lata para armazenamento de grãos. Usha me explicou o valor simbólico dessas doações em espécie pelos camponeses: “As pessoas precisam sentir que esta é a sua organização”. Ao invés de subsidiar inteiramente esses grupos de autoajuda, eles também pediam aos moradores para levantar fundos para contratar ônibus para levá-los às reuniões e manifestações. Como apontado por Usha, a insistência em ter uma diversidade de fundos, alguns dos quais levantados pelos

<sup>12</sup> Uma nova política do governo federal que garante a cada família 100 dias trabalhados ao ano, sua implementação depende da participação das organizações de sociedade civil oficialmente registradas

<sup>13</sup> Relativamente ao mesmo fenômeno observado no caso de estudo de Maharashtra, Kamat argumenta “Face a este poder opressivo do aparelho de desenvolvimento, o Sanghatna foi um ato de resistência. Uma forma não de sucumbir à potência do desenvolvimento, uma potência cuja alegação era produzir uma classe impotente de pessoas, incapazes de revolução.” (Kamat, 2002, p. 75).

próprios aldeões, era uma maneira de manter a relação orgânica com as pessoas, como no movimento Dalit tradicional, em que a ligação entre as organizações e as pessoas baseiam-se nessa economia moral da doação, que ocasiona visitas e sustenta a sociabilidade. Mas também havia um desejo das ONGs de não caírem na armadilha de se tornarem dependentes, o que, Behtu e Usha argumentaram, tinha acontecido a uma ONG Dalit no distrito (liderada por Kapil Dev, o ex-associado de Ram Kumar mencionado acima). Em suas palavras, o risco apresentado foi o de “fundos *nahi* para *kam nahi*” (“sem fundos, sem trabalho”). Na verdade, eles temiam ver o espírito de protesto substituído pela impassibilidade do ethos burocrático do emprego assalariado. Da mesma maneira, eles viam todas as formas de aspirações de conforto como potencialmente perigosas por separá-los do estilo de vida de suas comunidades pobres, que eles associavam aos movimentos sociais de profissionalização na Índia e que eles estigmatizavam como “as ONGs com ar condicionado”. Sua insistência em perpetuar a cultura política do movimento Dalit também tinha um aspecto ideológico, comemorando os aniversários de Savitri Bai Phule Ambedkar e, desta forma, através deles, o legado do movimento anti-casta.

Acima de tudo, a sua abordagem vigilante e reflexiva em relação ONG-ização, insistiu na politização de base. Uma vez desencadeada entre as décadas de 1980 e 1990 pelas agitações da DS4 (um serviço de agitação fundado em 1981, que precedeu o lançamento da BSP em 1984) e, posteriormente, por meio de campanhas eleitorais do BSP, a politização dos moradores Dalits mais tarde foi validada pelo próprio governo BSP. Mayawati, a ministro-chefe Dalit, se sentiu incapaz de controlar a dinâmica potencialmente violenta de afirmação Dalit que prejudicou sua perspectiva de fazer alianças políticas com os partidos tradicionais. Tendo encorajado, em uma ocasião, os moradores a criarem comissões Ambedkarites durante uma fase anterior, o partido dissociou-se, assim, das suas lutas locais, quando chegou ao poder. Governos de Mayawati preferiram se concentrar em uma

estratégia de cima para baixo de mudança social, para a qual exigiu o apoio incondicional e obediente do eleitorado Dalit<sup>14</sup>.

Apesar de sua desilusão com as práticas oportunistas da BSP como o partido do poder, os intelectuais “orgânicos” Dalits, como Behtu e o presidente DAG, Ram Kumar, enfatizaram a importância teórica de um movimento Dalit autônomo. Nas aldeias, a sua estratégia centrara-se sobre as mulheres Dalit e a ascensão destas como atores públicos nestas áreas de altos níveis de migrações sazonais de trabalho para os homens<sup>15</sup>. Enquanto anteriormente excluídas da participação da vida pública, a afirmação pública repentina das mulheres rurais, graças aos programas de empoderamento das mulheres, quer pelo estado (como as reservas nos órgãos locais eleitos), quer pelas ONGs, geraram efeitos espontâneos que desafiaram a forma como a “boa governança” era prevista e promovida pelas instituições internacionais.

Esse contraste é dramaticamente ilustrado pela notoriedade adquirida pelos locais Phulpatti Devi no distrito de Jaunpur. Uma viúva Dalit de meia-idade e membro de um grupo de autoajuda criado por Usha e Behtu deve sua celebridade local ao fato de haver cortado o pênis de um homem de casta superior perto da sua aldeia Pradhan (chefe municipal conselho). Depois de burlá-la sob o pretexto de obter um empréstimo bancário para ela, cujo valor ele desviou, ele a chantageou sexualmente com a promessa de um segundo empréstimo bancário, a fim de reembolsar o primeiro. No entanto, uma noite, em vez de rejeitar suas tentativas sexuais como ela fazia sistematicamente, ela secretamente pegou uma faca antes de segui-lo na periferia da aldeia. Depois de fingir que ela estava disposta, ela lhe pediu para despir-se e

<sup>14</sup> Ela até mesmo foi ao ponto de anular iniciativas que levaram a prisões de ativistas BSP não Ambedkarite para reiterar sua hegemonia no movimento. Esta divisão entre organizações Ambedkarite e o BSP não impediu uma forma de divisão de trabalho entre eles, como eu mostrei relativamente à região de Kanpur (Jaoul, 2007).

<sup>15</sup> A mesma estratégia política de mobilização da mulher em comunidades rurais pode ser vista em redutos CPI-ML das vizinhanças de Bihar. (Jaoul, 2011).

cortou seu pênis com a faca. Ela então foi direto para a polícia para confessar seu crime, transformando seu perseguidor em vítima, deixando-o em um estado inconsciente. Uma vez que a polícia não acreditou na sua confissão, ela teve que voltar com o pênis cortado para provar seu crime. Ele finalmente sobreviveu a sua castração e ambos foram presos: ela por seu ato, e ele sob a lei de prevenção a atrocidades a castas, que pune a exploração dos Dalits por não Dalits como uma forma de atingir os intocáveis. Um jornalista de Nova Déli ouviu a história de um contato da DAG. Em comparação ao movimento Dalit tradicional, cuja dependência em castas e em redes regionais os tem isolado da *intelligentsia* de esquerda, ONGs Dalit têm sido capazes de fazer a comunicação entre suas lutas e o público. Um jornalista Thelka que foi à prisão em Jaunpur para entrevistar Phulpatti Devi, perguntou a ela como ela teve coragem para agir daquela forma, ao que ela imediatamente respondeu: “Eu pensei, agora Mayawati está no poder, ela irá me salvar”<sup>16</sup>

Sua justificativa, embora ingênua, interessante revela a percepção atual do movimento local de mulheres Dalit de DAG, como estando alinhado às políticas BSP, que nos mostram uma trajetória política da asserção Dalit nas vilas. A ascensão ao poder de Mayawati, a Ministra Chefe Dalit, a quem a mulher Dalit de Uttar Pradesh chama “Behenji” (irmã), a transformou em um modelo a ser seguido contra a exploração sexual, que tradicionalmente tem sujeitado as mulheres Dalits, e em favor da assertividade. As mulheres Dalit deram ao BSP um apoio eleitoral crítico, mas sua ativa participação nas organizações Dalit tem sido limitada, dado principalmente aos altos níveis de analfabetismo comparados aos homens Dalit. A organização de Usha Devi está agora voltada a dar às mulheres Dalit dos vilarejos um real pa-

<sup>16</sup> Mayawati, que dirige a BSP de forma autoritária, tem ocupado o posto de Ministra Chefe de Uttar Pradesh em várias ocasiões. Embora ela não tenha uma agenda feminista, ela tem encorajado um processo de identificação entre as mulheres Dalits e, assim, encorajado a asserção das mulheres Dalit. (Shivam Vij, 2007)

pel público. O que mais me impressiona nesse episódio Phulpatti Devi é que, ao invés de publicamente desassociarem sua organização deste ato violento, como eu teria esperado de qualquer organização que estivesse buscando reafirmar sua adesão às normas públicas de respeitabilidade, os organizadores locais aplaudiram sua coragem. Eles até mesmo a convidaram para falar em uma reunião pública especialmente organizada quando ela foi solta da prisão (documento 2) e lhe ofereceram grandes responsabilidades na organização, o que ela recusou.

Enquanto essa notícia, anunciada em mídia nacional, se destaca em função da sua natureza tanto espetacular quanto violenta, eu descobri enquanto manuseava os arquivos da organização (que continha artigos de jornais locais, brochuras, cópias de registros policiais, “relatórios de primeira impressão”, álbuns fotográficos), que esse havia sido o mais espetacular dentre uma série de atos anônimos de radicalismo nos quais as mulheres Dalits da organização desempenharam um papel chave. Durante alguns anos, vários oficiais governamentais locais estiveram sob cerco (“*gheraoed*”) de ativistas contestando a apropriação indébita dos fundos de seguridade e desenvolvimento. Admitidamente, os *gherao* representam um gênero radical no repertório da ação coletiva na Índia. Contudo, há uma tendência à ritualização e, conseqüentemente, ao radicalismo falso, como algumas personalidades locais indo à prisão e tendo assegurado tratamento VIP pela polícia. Porém, a adoção desses repertórios por atores marginais, não autorizados, traz um novo sabor de espontaneidade e subversão a tais atos. Usha e Behtu se orgulharam de um incidente no qual uma senhora idosa estapeou um oficial da construção civil em seu escritório. Ele a havia mandando sair da cadeira e sentar-se no chão. Quando eles vão aos órgãos públicos, os pobres analfabetos se dobram espontaneamente e timidamente se sentam (por vezes dois na mesma cadeira, mesmo quando há mais cadeiras livres) quando convidados. Mas essa mulher demandou um tratamento igual, provavelmente como resultado do seu orgulho e status em ser uma ativista de uma

organização que construía um nome localmente. Respondendo de maneira ofensiva, exigindo que a mesma vagasse a cadeira, ela se levantou e estapeou o homem na cara, dizendo: “Você me deve honrar como à sua mãe e não me insultar!”. Guardas de segurança imediatamente a prenderam, mas suas companheiras que estavam presentes à cena usaram seus telefones celulares e instantaneamente mobilizaram uma multidão nos vilarejos que inundaram o prédio até que ela fosse solta. Por fim, o oficial foi transferido de distrito. De acordo com o entendimento local, teria sido impossível para ele continuar a exercer uma função pública de autoridade depois de ter sido humilhado daquela forma.

Na sede da organização, a cada dia, as mulheres aparecem bem vestidas em seus saris coloridos, bem maquiadas e muito eufóricas. Esse novo papel na vida pública tem certamente sido excitante e divertido. Elas se aconselham com Usha Devi antes de irem em grupo aos prédios públicos. Ao invés de as acompanharem, a líder insiste para elas irem sozinhas para que elas aprendam a se colocarem, sem nenhum intermediário. Equipadas com telefones celulares para a consultarem se necessário, antes elas usavam a mediação de outros ativistas partidários ou de outros autodenominados “*samaj sevaks*” (“assistentes sociais”) ou líderes locais insignificantes, que demandavam pagamento pela intenção, ou até mesmo favores sexuais, como foi o caso de Phulpatti Devi.

## Conclusão

“A Índia deve se orgulhar de Phulpatti Devi” (Vij, 2007a), Shivam Vij, um jornalista que escreveu em seu blog depois da publicação do seu artigo numa revista nacional, *Tehelka* (Vij, 2007b). A publicidade dada a atos violentos de rebelião os desconecta dos repertórios políticos existentes ou dos discursos políticos, revelando o apoio potencial para além da sociedade

local. J. Rancière (1998) entende que o processo de identificação com a resistência dessas vozes não é parte da política ordinária, como os sintomas de uma política mais ampla de emancipação coletiva ou subjetivação, que é onde a essência revolucionária “política” verdadeiramente reside. Ao refletir sobre isso com a sua definição revolucionária de “populismo”, E. Laclau argumenta que “as práticas e pensamentos verdadeiramente políticos consistiriam em libertar os momentos políticos de sua subordinação às estruturas sociais policiadas” (Laclau 2005, p. 284)<sup>17</sup>.

Assim, o processo de ONG-ização tem capacitado o surgimento de uma nova categoria de atores aos quais o movimento tradicional Dalit tem mantido em uma posição de subordinação e dependência.

A despeito das tentativas de despolitização do movimento social denunciado pelos críticos, a abordagem dos Direitos Humanos ao desenvolvimento gerado pelas instituições internacionais e às ONGs, nesse caso, está passando por um processo de reinterpretção política ou “ressignificação radical” (Butler, 2004) de baixo para cima. Focada na dinâmica de base de ONG-ização, este artigo se focou na abordagem criativa e vigilante do Grupo de Ação Dinâmica (*Dynamic Action Group*) em Uttar Pradesh, o qual aponta para a maneira em que eles estão sendo desviados por ativistas radicais treinados em tradições marxistas, leninistas e Ambedkarite. O fato de ser implementado em bases ativistas radicais representa o maior paradoxo deste processo de ONG-ização. O ex-presidente da DAG treinado em política marxista equipou essa rede com as ferramentas necessárias à ONG-ização criticamente. Isso explana sua tentativa consciente de ir além das limitações do movimento tradicional Dalit dando voz às mulheres pobres, iletradas, às quais as organizações

<sup>17</sup> “une pensée et une pratique réellement politiques consisteraient à affranchir le moment politique de sa subordination à des cadres sociaux policés.”



tradicionais Dalit tendiam a tratar como partes subordinadas. Enquanto sob o efeito do crescimento econômico e o surgimento da classe média, as organizações tradicionais Dalit têm se tornado fortemente dependente de doações de partes burguesas irrelevantes da comunidade Dalit, fundos externos têm sido usados para aumentar a participação da mulher pobre e rural, em particular, o tipo de política subalterna habilitada por esse crescimento interno dentro do movimento Dalit mostra reinterpretações conflituosas, espontâneas e subversivas das normas oficiais de empoderamento dos grupos subordinados através do confronto com hierarquias locais das políticas de subordinação do aparato governamental.

Contudo, os recursos colocados ao dispor dessas organizações pelas agências financiadoras em termos salariais, logísticos e de redes de relacionamentos permanecem ambivalentes não apenas pela insuficiência de fundos, mas também pela constante incerteza no que tange à renovação dos contratos. Na minha visita à sede da CNDHD em Nova Deli em 2011, seus líderes estavam preocupados que o financiamento da Fundação Ford não seria renovado por causa de uma redefinição do foco em relação à pobreza nos EUA. Os ativistas de Uttar Pradesh estavam plenamente conscientes de sua precariedade, para a qual eles respondiam deixando voluntariamente as tentações do consumo e do conforto se preparando para mudar para fontes alternativas de financiamentos. Porém, os riscos da cooptação trazidos pelas oportunidades de carreira e profissionalização pareciam assombrá-los e prejudicar a sustentabilidade do caminho revolucionário deles.

## Referências

BUTLER Judith. "Changing the subject: Judith Butler's politics of radical resignification" (interview), in Sahlin A.S. with Butler Judith, **The Judith Butler reader**, Malden: Blackwell, 2004. pp. 32-56.

CLIFFORD, Bob. «“Dalit Rights are Human Rights”: Caste Discrimination, International Activism, and the Construction of a New Human Rights Issue», *Human Rights Quarterly*, n°29, 2007, pp.167-193.

DAUVIN, Pascal and SIMÉANT, Johanna. **Le travail humanitaire**. *Les acteurs des ONG, du siècle au terrain*, Paris, Presses de Sciences Po, 2002.

HARDTMANN, Eva-Maria. **Our Fury is Burning: Local Practice and Global Connections in the Dalit Movement**, Stockolm, Stockolm Studies in Social Anthropology, 2003.

Human Rights Watch. **Broken People. Caste Violence Against India’s “Untouchables”**, New York, 1999.

JAOUL, Nicolas. “Manju Devi’s Martyrdom. Marxist-Leninist Politics and the Rural Poor in Bihar.” **Contributions to Indian Sociology**, 45(3), 2011. pp.343-371.

JAOUL, Nicolas. “Political and non-political means in the Dalit movement”, in **Pai Sudha, Political process in Uttar Pradesh: identity, economic reform and governance**, New Delhi, Pearsons, 2007. pp.191-220

JAOUL, Nicolas. « L’engagement des émigrés dalits. Idéologie et formation d’une conscience de diaspora », **Diasporas** n°9, «Chercher Fortune», 2006. pp. 223-240.

LACLAU, Ernesto, **La raison populiste**, Paris, Seuil, 2005.

RANCIÈRE, Jacques, “Politique, Identification, Subjectivation,” in : **Aux bords du politique**, Paris, La Fabrique, 1998 . pp.112-125.

SIMÉANT, Johanna. “Transnationalisation/internationalisation” . in : Flieule Olivier, Mathieu Lilian, Péchu Cécile, **Dictionnaire des mouvements sociaux**, Paris, Presses de sciences Po, 2009. pp. 554-564.

VIJ, Shivam. “Sister Act: The First Quarter”, *Teהלka*, 8 september 2007a. Acesso: [http://archive.tehelka.com/story\\_main33.asp?filename=Ne080907SISTER.asp](http://archive.tehelka.com/story_main33.asp?filename=Ne080907SISTER.asp)

VIJ, Shivam. “India should be proud of Proud of Phulpatti Devi”, 9 September 2007b. Acesso: <http://tamasha.wordpress.com/2007/09/09/india-%20should-be-proud-of-phulpatti-devi/>

Recebido em 15/12/2015

Aprovado em 30/12/2015

## III Parte

